



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 220,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	
	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	Kz: 611 799.50
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00

SUMÁRIO

Ministérios da Administração do Território e Reforma do Estado e da Educação

Decreto Executivo Conjunto n.º 68/18:

Cria o Complexo Escolar n.º 02C - «4 de Abril», sito no Município de Camucuo, Província do Namibe, com 8 salas de aulas, 24 turmas, 3 turnos e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

Decreto Executivo Conjunto n.º 69/18:

Cria a Instituição do Ensino Primário denominada Escola Primária n.º 3.076, sito no Município do Cazenga, Província de Luanda, com 12 salas de aulas, 32 turmas, 3 turnos e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

Decreto Executivo Conjunto n.º 70/18:

Cria a Instituição do II Ciclo do Ensino Secundário denominada Liceu n.º 4.103, sito no Município de Cacuaco - B.º Pedreira, Província de Luanda, com 14 salas de aulas, 28 turmas, 2 turnos e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

Decreto Executivo Conjunto n.º 71/18:

Cria a Instituição do Ensino Primário denominada Escola Primária n.º 5.091, sito no Município de Viana, Província de Luanda, com 9 salas de aulas, 18 turmas, 2 turnos e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

Decreto Executivo Conjunto n.º 72/18:

Cria as Escolas Primárias n.º 5.010, n.º 5.098, n.º 5.139 e n.º 5.140, sitas no Município de Viana, Província de Luanda, com 6 salas de aulas, 12 turmas, 2 turnos e aprova o quadro de pessoal das Escolas criadas.

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

Decreto Executivo n.º 73/18:

Autoriza a ministração do Curso de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Administração do Ensino Superior, no Instituto Superior Politécnico Metropolitano e aprova o Plano de Estudos do referido Curso.

Decreto Executivo n.º 74/18:

Autoriza a ministração do Curso de Pós-Graduação Profissional em Finanças Públicas, no Instituto Superior Politécnico Metropolitano e aprova o Plano de Estudos do referido Curso.

Decreto Executivo n.º 75/18:

Autoriza a ministração do Curso de Pós-Graduação Profissional em Gestão Pública e Políticas de Desenvolvimento Territorial, no Instituto Superior Politécnico Metropolitano e aprova o Plano de Estudos do referido Curso.

Ministério da Educação

Decreto Executivo n.º 76/18:

Aprova as Orientações Metodológicas sobre a Acção Inspectiva para o Ano Lectivo de 2018. — Revoga toda norma que contraria o disposto no presente Diploma.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO E REFORMA DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO

**Decreto Executivo Conjunto n.º 68/18
de 24 de Abril**

Ao abrigo do disposto no artigo 119.º da Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, que aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, conjugado com as disposições do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio, que define as condições e procedimentos de elaboração, gestão e controlo dos quadros de pessoal da Administração Pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República de Angola, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, conjugado com o estabelecido no Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/17, de 13 de Outubro, determina-se:

1. É criado o Complexo Escolar n.º 02C — «4 de Abril», sito no Município de Camucuo, Província do Namibe, com 8 salas de aulas, 24 turmas, 3 turnos, com 36 alunos por sala e capacidade para 864 alunos.

2. É aprovado o quadro de pessoal da Escola ora criada, constante dos modelos anexos ao presente Decreto Executivo Conjunto, dele fazendo parte integrante.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Novembro de 2017.

O Ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, *Adão Francisco Correia de Almeida*.

A Ministra da Educação, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

LEGENDA		TOTAL DE HORAS	TOTAL DE HORAS (%)
T	Horas Teóricas	832	46%
TP	Horas Teóricas-Práticas	720	40%
P (Inclui trabalho individual do estudante)	Horas Práticas	240	13%
HS	Horas Semanais	1792	100%
HSem	Horas Semestrais	1792	100%

A Ministra, *Maria do Rosário Bragança Sambo*.

Decreto Executivo n.º 75/18
de 24 de Abril

Considerando que o Instituto Superior Politécnico Metropolitano é uma Instituição de Ensino Superior privada, criada pelo Decreto Executivo n.º 110/11, de 5 de Agosto, está vocacionada a ministrar cursos de formação graduada e pós-graduada, nos termos do disposto no artigo 30.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro;

Tendo em conta que estão reunidos todos os pressupostos legais para que seja formalmente criado o Curso de Pós-Graduação Profissional em Gestão Pública e Políticas de Desenvolvimento Territorial, conforme previsto no artigo 32.º do Decreto Executivo n.º 29/11, de 3 de Março;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o ponto n.º 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, conjugado com o disposto na alínea g) do artigo 15.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, e no n.º 1 do artigo 32.º do Decreto Executivo n.º 29/11, de 3 de Março, decreto:

ARTIGO 1.º
(Autorização)

1. É autorizada a ministração do Curso de Pós-Graduação Profissional em Gestão Pública e Políticas de Desenvolvimento Territorial, no Instituto Superior Politécnico Metropolitano.
2. O curso, ora autorizado, não confere grau académico.

ARTIGO 2.º
(Aprovação do plano de estudos)

1. É aprovado o Plano de Estudos do Curso de Pós-Graduação Profissional em Gestão Pública e Políticas de Desenvolvimento Territorial, constante do Anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

2. O Plano de Estudos referido no ponto anterior é realizado num total de 1520 horas de actividades curriculares.

3. O Plano de Estudos ora aprovado é inalterável e de cumprimento obrigatório.

ARTIGO 3.º
(Corpo docente)

O Curso de Pós-Graduação Profissional em Gestão Pública e Políticas de Desenvolvimento Territorial é assegurado por um corpo docente maioritariamente em regime de tempo integral e de exclusividade e com grau académico de Doutor, de acordo com a legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 4.º
(Vigência do curso)

O Curso de Pós-Graduação Profissional em Gestão Pública e Políticas de Desenvolvimento Territorial ora autorizado entra em funcionamento no Ano Académico 2018 e a sua ministração tem um período de vigência correspondente a um Ano Académico.

ARTIGO 5.º
(Número de vagas)

O Curso de Pós-Graduação Profissional em Gestão Pública e Políticas de Desenvolvimento Territorial criado pelo presente Decreto Executivo tem um número máximo de 60 vagas.

ARTIGO 6.º
(Propinas e emolumentos)

As propinas e os emolumentos para a frequência do Curso de Pós-Graduação Profissional em Gestão Pública e Políticas de Desenvolvimento Territorial são definidos em conformidade com as regras estabelecidas para o efeito na legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 7.º
(Nova edição do curso de pós-graduação profissional)

A ministração de uma nova edição do ciclo de formação do Curso de Pós-Graduação Profissional em Gestão Pública e Políticas de Desenvolvimento Territorial, no Instituto Superior Politécnico Metropolitano, deve ser previamente autorizado pelo Departamento Ministerial responsável pela Gestão do Subsistema de Ensino Superior, nos termos da Lei.

ARTIGO 8.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Diploma são resolvidas pelo Titular do Ministério do Ensino Superior.

ARTIGO 9.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação em *Diário da República*.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Abril de 2018.

A Ministra, *Maria do Rosário Bragança Sambo*.

ANEXO
**Plano de Estudo do Curso de Pós-Graduação Profissional em Gestão Pública
e Políticas do Desenvolvimento Territorial**

1.º Ano											
1.º Semestre (16 Semanas)						2.º Semestre (16 Semanas)					
DISCIPLINAS	T	TP	P	HS	HSem	DISCIPLINAS	T	TP	P	HS	HSem
Direito Administrativo e Direito Angolano da Contratação Pública e Licitações	2	1		3	48	Gestão Estratégica de Políticas Públicas do Desenvolvimento	6	8	1	15	240
Sociologia, Planeamento e Gestão Integrada da Segurança Pública	4	3	1	8	128	Governança Autárquica e Desenvolvimento Territorial	4	3	1	8	128
Sistema de Organização Administrativa do Estado Angolano	2	1				Gestão Estratégica de Recursos Locais/Regionais para o Desenvolvimento	1	2		3	48
Gestão da Segurança Pública e Ordenamento Jurídico	8	5	2			Gestão de Redes Públicas de Cooperação para o Desenvolvimento	2	1		3	48
Administração e Finanças Públicas	6	8	1	15	240	Gestão e Avaliação de Projectos Aplicados ao Desenvolvimento Socio-Económico de Angola	1	2		3	48
Estatística Populacional e Políticas Demográficas	2	5		7	112	Metodologia de Investigação Científica Aplicada à Gestão Pública	6	5	4	15	240
História Económica de Angola	10	5		15	240						
Subtotal de Horas	34	28	4	48	768	Subtotal de horas	20	21	6	47	752
Total Anual de Horas						1520					
LEGENDA						TOTAL DE HORAS		TOTAL DE HORAS (%)			
T	Horas Teóricas					864		57%			
TP	Horas Teóricas-Práticas					784		52%			
P (Inclui trabalho individual do estudante)	Horas Práticas					160		11%			
HS	Horas Semanais					1520		100%			
HSem	Horas Semestrais					1520		100%			

A Ministra, *Maria do Rosário Bragança Sambo*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto Executivo n.º 76/18 de 24 de Abril

Ao abrigo do artigo 5.º, n.º 2, alíneas f) e k) e do artigo 11.º, ambos do Decreto Presidencial n.º 17/18, de 25 de Janeiro, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Educação;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

São aprovados as Orientações Metodológicas sobre a Acção Inspectiva para o Ano Lectivo de 2018, anexo ao presente Decreto Executivo, dele fazendo parte integrante.

ARTIGO 2.º (Revogação)

É revogada toda a norma que contraria o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pela Ministra da Educação.

ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

Este Decreto Executivo entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 29 de Março de 2018.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE A ACÇÃO INSPECTIVA PARA O ANO LECTIVO 2018

I. INTRODUÇÃO

No actual contexto, as demandas do Sistema de Educação e Ensino exigem dos inspectores um forte protagonismo, responsabilidade e conhecimentos científicos, técnicos e metodológicos para que estes possam exercer com profissionalismo as suas funções, visando o reforço da capacidade organizativa